

Os cárceres da memória em Graciliano Ramos

Marcelo Peloggio¹

[...] o eu pode desenvolver exclusivamente a partir de si mesmo tudo aquilo que deve aparecer nele, sem sair de si e romper seu círculo; como tinha de ser, necessariamente, se o eu deve ser um eu.

Johann C. Fichte

Em que medida e de que modo *eu sou* à luz da instância prisional? Eis a pergunta a ser feita diante do quadro de automatismo e da morte gradual do corpo em as *Memórias do cárcere*. Em boa parte, sabemos-lhe o porquê. Ora são os limites de se representar os estados de alma, ora as sugestões de caráter interno. De qualquer forma, elabora-se, por meio de fragmentos (do próprio *eu* e do mundo), e de acordo com um critério preestabelecido, uma obra coerente e íntegra. Cabendo lembrar que, devido aos limites assinalados, nunca chegamos a extrair, “com um único olhar”, a exemplo das epopeias clássicas, o sentido do mundo (LUKÁCS, s/d, p. 31); daí a necessidade frequente de recomeço. Em nosso ser mais íntimo, as imagens veem-se sobrepostas umas às outras em grande desordem, em um ir e vir sem trégua; assim, anseiam por um espaço que lhes é caro: aquele da seleção. É como se a vida interior consistisse em um vasto campo de batalha, mais especificamente o daquela entre o desejo inconfessável e o que a lei obriga; entre a vida interior profunda e a cognitiva; ou ainda entre o domínio do passado e o da vida corrente; entre o *eu* e o seu “outro”:

Desde a prisão que o hospital me apoquentava, mas só agora me vinha consciência disto. Naquele tempo duas obsessões persistiam no delírio teimoso: as pancadas do relógio tomavam forma, ganhavam nitidez e mudavam-se em bichos; supunha-me dois, um são e outro doente, e desejava que o cirurgião me dividisse, aproveitasse o lado esquerdo, bom, e enviasse o direito, corrompido, para o necrotério. Essa parte direita, infectada, era um hospede sem-vergonha e chamava-se Paulo. Se Clemente Silveira quisesse, poderia facilmente operar-me de novo e desembaraçar-me do intruso (RAMOS, 1984, v. 1, p. 355).

¹ Professor Adjunto de Literatura Brasileira da Universidade Federal do Ceará (UFC).

No desdobramento interior, na reflexão, o espírito se vê, pois, no cerne de uma luta incessante de interesses contrários. Percebemos o que isso significa: diante de certa exigência, ou nos ajustamos à convenção, ou lhe ultrapassamos a fronteira. E havia em Graciliano Ramos, a todo momento, esse enfrentamento de imagens, que não cuidando de ser, portanto, mera associação de ideias à glória do automatismo carcerário revelou-se peça fundamental para *ser e sobreviver* em meio ao trabalho poderoso de denúncia.

Em verdade, “o único lugar onde existe um pouco de liberdade é a cadeia” (RAMOS, 1984, v. 2, p. 225). Diríamos mais: na vida material, ao invés, essa liberdade apenas se justifica como aparência: porque há mais substância aí do que ideia. O apreço dispensado ao *continuum*, seja na forma do pensamento, seja no conteúdo das imagens, achata-nos a todos. Assim, é no “encarceramento” do corpo físico que a vida espiritual, se potente, ganha expressão a mais elevada. A vontade de ser “outro” designa, sem mais, o motivo principal desta operação. É que a banda “infeccionada” excetuará toda alteridade; porque aquilo que deseja viver haverá de suprimir, por um lado, o conformismo, e, por outro, o ideal ascético, já que não chegamos a ser homens senão ao pé dos próprios homens. Daí retermos uma série de noções: um conjunto de imagens em face das quais entregamos os pontos ou reagimos.

É o *ser*, então, o próprio movimento de uma escolha, que é solitária, e, quando superior, livre dos enquadramentos social e carcerário. Mas aquilo que nos liga de modo profundo à humanidade dos outros é a consciência de que, no fosso da alma, reunimos criaturas de vários matizes, “infeccionadas” ou não. Assim, uma subjetividade posta é alteridade que se conquista, e a humanidade que daí resulta expressa o traçado íntimo da imaginação. Diz Graciliano (1984, v. 2, p. 251): “Ignoramos o que somos, até onde podemos ir. Cercados, confinados, precisamos ver qualquer coisa além das grades. A imaginação vai longe”. Porque, “nessas operações, o espírito aprende a lidar com coisas ausentes e se prepara para ‘ir mais além’, em direção ao entendimento das coisas sempre ausentes, e que não podem ser lembradas, porque nunca estiveram presentes para a experiência sensível” (ARENDDT, 1993, p. 61).

O que nasce daí é, por assim dizer, mero produto da subjetividade; mas não nos enganamos de todo, de vez que se vale de um esquema conceitual prévio, e que é intersubjetivo, ou o diálogo mesmo dos vivos com os mortos – a chamada *teoria*. Tanto é que podemos falar de uma humanidade inteira presente desde as estreias em Graciliano Ramos. Assim, o produto da elaboração mental, em as *Memórias do cárcere*, não guarda qualquer relação com um “duplo da consciência”, noção cara à

fenomenologia. No ser mesmo da narrativa prisional, o devir das imagens não mede forças com o mundo à volta, não se submete a ele e nem o dissolve em seu núcleo mais íntimo; pelo contrário, o diálogo entre o *eu* e o mundo dá-se de maneira aberta, franca, com as alteridades de um e outro sendo plenamente respeitadas, qual forças que combinam os seus elementos para *ser*. É por isso que o caráter da escolha, na seleção de imagens, certifica a alteridade de que falamos: em sentido rigoroso, a resistência só se justifica por conta de um porvir testemunhal.

É importante notar que, ao reunir e exibir suas imagens, estabeleceu-se, em Graciliano Ramos, a conversão ela mesma do dado objetivo em fator estético, pois que elaborou seu libelo dentro da lógica de uma visão artística preestabelecida, ou mais precisamente nas linhas de uma “composição por meio de fragmentos” (CANDIDO, 1992, p. 84). O tratamento estético de as *Memórias do cárcere*, a exemplo do texto propriamente ficcional (*São Bernardo* e *Angústia*, por exemplo), terá por base um tal modelo. E se havíamos mencionado a maneira fragmentada mediante a qual se representa o mundo exterior, não foi senão com o intuito de mostrar que a percepção das coisas, no filtro de uma criatura altamente impressionável, justifica esse gênero de composição. Poder-se-ia objetar afirmando que, sob esse ângulo, tendemos ao psicologismo; o que não é verdade; pois, ainda que se insinue na obra, a personalidade do autor procede de um modo todo especial na fase de criação, diferindo da do próprio autor quando na pele do cidadão comum.

O elevado senso artístico de as *Memórias do cárcere* fez com que o limite entre o fato e a ficção deixasse de ser problema. O relato histórico é aí, em essência, objeto de arte, no sentido de que o é todo e qualquer libelo no centro de uma estética – esta com suas notas características em seu conjunto muito particular de imagens. Ademais, a liberdade de que goza a alma não é, nas mãos do grande escritor, de forma alguma, liberdade irresponsável:

Certos autores se desculparam de não haverem forjado coisas excelentes por falta de liberdade – talvez ingênuo recurso de justificar inépcia ou preguiça. Liberdade completa ninguém desfruta: começamos oprimidos pela sintaxe e acabamos às voltas com a Delegacia de Ordem Política e Social, mas, nos estreitos limites a que nos coagem a gramática e a lei, ainda nos podemos mexer (RAMOS, 1984, v. 1, p. 34).

Sendo as coisas atravessadas pelos olhos da alma, combinadas em sua camada mais íntima, e cuja resposta plasmou fantasmas e cenas movediças, é de se crer que, em as *Memórias do cárcere*, a imaginação é livre. Ela até o é; todavia, não nos é possível deitar no papel as ideias que nos assaltam de súbito. Recorrendo-se a uma das imagens de Graciliano Ramos, podemos dizer que as ideias nos chegam nítidas, fogem, voltam, são substituídas, atropelam-se; “impossível fixá-las; coisas muito claras que se [partem]” (RAMOS, 1984, v. 1, p. 60). No trabalho de seleção e combinação a ideia formulada aparece como o reflexo do talento ou da imperícia artística. Nesse sentido, o autor de *Vidas secas* foi um bravo. Incomodava-o, sobremaneira, um romance a que dava início e entregava aos cuidados de uma datilógrafa, e o qual necessitava correção, uma vez que havia “defeitos por todos os cantos, prosa derramada e insípida” (RAMOS, 1984, v. 1, p. 60). Ao referir-se desse modo à *Angústia*, sua obra-prima para muitos, achava-se recluso.

Seria equivocado sugerir que o trabalho de denúncia mais reflita a insatisfação de Graciliano Ramos tanto com as palavras quanto com a convenção, ou seja, como mundo ferido por dentro (e dilatado na experiência carcerária) em razão das contradições e abusos da lei. No caso da “sintaxe”, a repreensão vem do que excede o escritor, antes e depois: antes de exprimir sentimentos e ideias como após realizá-los em obras com a estrutura e a dimensão de as *Memórias do cárcere*. Se a liberdade de dentro é superiormente considerada em relação àquela “de todos os dias”, é porque a “lei”, à medida que exige prudência de quem vê, paralisa o coração de quem cede. Recordemos Fichte (1980, p. 305, grifo do autor): “*liberdade* significa: não há natureza acima da vontade, esta é sua única criadora possível”. A ideia de resistir para denunciar reclama essa liberdade que só nos diz respeito e a mais ninguém – a da imaginação criadora, que descansa algures, longe do poder de intimidação dos desígnios da “lei”. *Memórias do cárcere* é livro que prepara o futuro no centro de quem busca, através da literatura, resistência, assumindo a obra, aí e então, a condição de legado insubstituível.

Se há realmente um primado ontológico a atravessar o ser narrativo de as *Memórias do cárcere*, a melhor expressão para designá-lo não seria outra senão esta: o de uma *memória de si para o outro*, portanto, como um autêntico libelo de cunho literário, de vez que integralmente visceral. Dizemos isso em razão da luta interior a que esteve sujeito Graciliano Ramos (a agitação da vida espiritual ante as intimidades do vir a ser carcerário); porque, ao primado do altruísmo, outro surge, então, para se lhe antepor: aquele de uma *memória de si para si mesma*. Assim, faz-se mais do que nunca

necessária, para fins de uma abordagem acurada sobre os usos da memória, a articulação possível entre o automatismo carcerário, o desejo de nomeada – quer dizer, o mero falar de si (inexistente em Graciliano, mas possível de ser sugerido, a título de uma crítica epistemológica) – e a posição altamente humanitária à luz do libelo esclarecedor.

Por conseguinte, a forma literária de as *Memórias do cárcere* não haverá de ser restringir, pura e simplesmente, a certos dados que lhe garantam, aqui e ali, o específico da referência espacial (o pesadelo do *Manaus* e da Ilha Grande, por exemplo); nem tampouco a situarão temporalmente, pois que, com os feitos brutais do Estado getulista, nas palavras de Graciliano, “o tempo deixara de existir” (1984, v. 2, p. 190). Daí a necessidade de uma inversão, tomando como princípio estruturante, como fundamento de determinação de toda a obra, uma seguinte diretiva: a linha sem desvio ou recuo de uma ética baseada na autocensura em prol do outro, traçada de forma exemplar na sentença: “Desgosta-me usar a primeira pessoa” (RAMOS, 1984, v. 1, p. 37); e arrebatada Graciliano, mostrando a mais elevada sensatez: “Esgueirar-me-ei para os cantos obscuros, fugirei às discussões, *esconder-me-ei prudente por detrás dos que merecem patentear-se*” (RAMOS, 1984, v. 1, p. 37, grifos nossos). Isso explica o fato de ser, em as *Memórias do cárcere*, como tão bem nos esclarece Nelson Werneck Sodré (1984, p. 18),

tudo humano, profundamente humano, talvez demasiado humano, sem um sinal de deformação, sem a mínima intervenção do narrador, escondido, posto em plano secundário. Servindo para que o elemento essencial apareça, apenas, e nada além disso: uma espécie de janela para o passado, de vigia para o cais, de grade para um corredor – uma espécie de binóculo focalizando seres e coisas, a que chegamos a nossa visão e que nos ajuda, com o seu poder de aumento. Nenhum interesse, por outro lado, em justificar um gesto, em explicar um impulso, em definir a sua própria posição.

Com efeito, essa capacidade de relatar e descrever “sem um sinal de deformação” como que põe em suspenso o tempo e o lugar da narrativa carcerária; confirma, pois, sem qualquer prejuízo formal, a dialética que há e que constitui o dado essencial às *Memórias do cárcere*: de um lado, o primado de *uma memória de si para si mesma*, ou autobiografia inconteste, marcada pela supressão, seja ela proposital ou não, do que deve vir à estampa; do outro, uma *memória de si para o outro*, ou libelo – a atitude de quem narra obliterando-se por completo.

Por isso ser equivocado ou impróprio considerar o libelo carcerário como composição apenas histórica, dada sua natureza autobiográfica, ainda que matizado pela teoria ou a estética do ser fragmentado, o que contribui para a atmosfera fantasmagórica ou expressionista do livro. O que queremos dizer, antes do mais, é que o âmbito artístico deste não se esclarece senão por conta da atividade espiritual que, incessante e volumosa, revela o primado fundamental da memória altruísta, humanamente frágil e desordenada:

Agora me ligava a fatos pouco mais ou menos ignorados, esquecia casos a que dera muita importância. Não os esquecia, realmente: jogava-os num desvão, onde se empoeiravam, cobriam de teias de aranha; ressurgiam, sobrepunham-se ou sobpunham-se aos outros, afinal se nivelavam, misturavam todos, e já não me era possível saber o que estava dentro ou fora de mim (RAMOS, 1984, v. 1, p. 184).

A ideia mesma de se manter a integridade ou a autoconsciência do *eu*, na luta para *ser e sobreviver* em meio à malha crispada e sufocante do ambiente prisional, nada teria de literário – quer dizer, a título de sua forma interna – sem uma inversão drástica mas profundamente necessária à consecução dramática do trecho: do ponto de vista psicológico, as memórias da vida carcerária mudam-se, a um só tempo, em cárcere do próprio ser aviltado. Tumultuadas, espargidas à conta de linhas soltas, as ideias e impressões, resultado que são do ziguezague permanente, tanto temporal quanto espacial, passam a ser preenchidas por toda sorte de espectros e manchas leitosas. Em uma palavra, o cárcere físico converte-se em recesso anímico de uma ontologia algo bastante peculiar: é que, primeiramente, o ser tem então por limite certos laivos do pensamento bergsoniano (1990), representado por sentenças como o “meu presente é, por essência, sensorio-motor”, “perceber é lembrar”, ou ainda “o corpo é imagem”; quer dizer, este e os objetos percebidos seriam por assim dizer simétricos, formando um “conjunto útil” no processo de reconhecimento das imagens-lembranças. Mantendo-se ainda nesse plano, deparamo-nos com o que Paul Ricoeur chama “memória artificial”:

A memorização [...] consiste em maneiras de aprender que encerram saberes, habilidades, poder-fazer, de tal modo que estes sejam fixados, que permaneçam disponíveis para uma efetuação, marcada do ponto de vista fenomenológico por um sentimento de facilidade, de desembaraço, de espontaneidade. Esse traço constitui o correspondente pragmático do reconhecimento que conclui a recordação no plano epistemológico. [...] Desse ponto de vista, pode-

se considerar a memorização como uma forma de memória-hábito (RICOEUR, 2007, p. 73).

Em segundo lugar, indo de encontro ao automatismo carcerário, à resposta pronta e imediata na qualidade de um “correspondente pragmático do reconhecimento”, extraída a partir da seriação, da ordem emitida, pondera Graciliano: “[...] desconhecendo o móvel dos nossos atos, andamos à toa, desarvorados. Roubam-nos completamente a iniciativa, os nossos desejos, os intuitos mais reservados estão sujeitos à verificação [...] Perdemos-nos em *conjeturas*” (RAMOS, 1984, v. 1, p. 174, grifo nosso). Ou antes, porque mais esclarecedor:

O indivíduo livre não entende a nossa vida além das grades, as oscilações do caráter e da inteligência, desespero sem causa aparente, a covardia substituída por atos de coragem doida. Somos animais desequilibrados, fizeram-nos assim, deram-nos almas incompatíveis. Sentimos em demasia, e o pensamento já não existe: funciona e para. Querem reduzir-nos a máquinas. Máquinas perras e sem azeite. Avançamos, recuamos – nem sabemos para onde nos levam (RAMOS, 1984, v. 2, p. 215).

Não falamos senão do *continuum* como estância máxima da vida carcerária, nas linhas do “corpo dócil” foucaultiano – a versão brutalizada dos afazeres diários do “indivíduo livre” cujo prosaísmo – ou a “forma do pensamento” – o sujeita “à ordem do chefe” com polidez dissimulada (a série de conceitos empíricos de um esquematismo relativista, de sorte que, para o caso do regime prisional, “o pensamento já não existe”); mas o mesmo se dando com o “conteúdo das imagens” da mera intuição empírica (a aplicação universal e vulgar desses mesmos conceitos ante a sensação despertada no vir a ser carcerário: “máquinas perras sem azeite”).

Portanto, pode-se dizer que o que se tem aqui está restrito, do ponto de vista dialético, ao cárcere da memória e suas reais consequências e não, de forma alguma, ao seu contrário: a memória como forma de testemunho heroico, reduzida ao sabor da confissão pela confissão. Com efeito, a luta interior em nome do resgate e sobrevivência da integridade própria do *eu*, sujeitado de todo à seriação carcerária, impõe-se com uma força monádica poderosa que passa a reger então, por completo, a atividade espiritual em Graciliano Ramos, cujo intuito, “embora indeciso”, era o de “reaver uma personalidade que se diluíra em meio abjeto” (RAMOS, 1984, v. 1, p. 157). Neste caso, a memória trancafia-se a si própria para dar livre curso ao processo literário enquanto trabalho poderoso de denúncia; mas pode ser também que o projeto para ser e

sobreviver em meio às lides do universo carcerário não seja algo tão esquemático como em um primeiro momento poderia parecer. É que a renúncia da escrita de si não desobriga o narrador de certas escolhas estratégicas (literárias e pessoais), não havendo, portanto, a presença de uma decisão tão *necessariamente* preestabelecida e uniforme.

Se a memória é a vida, tal como a define Pierre Nora (1993, p. 9), isto é, “vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações”, é também o espaço privilegiado da escrita como forma de resistência em razão do ambiente degradado e hostil do mundo prisional. Em suspensão, como mônada que é, pois que “buscamos isolar-nos da multidão”, diz Graciliano (1984, v. 1, p. 258), a memória articula e põe em movimento a dialética de seu próprio cárcere: erige, por conseguinte, uma “segunda natureza” (RAMOS, 1984, v. 1, p. 258). *Coincidentia oppositorum*: é o âmbito virtual das conjeturas e incertezas, de fragmentos – de lembranças, de pensamentos, de percepções – tão estanques quanto díspares à disposição plena dessa linguagem anímica poderosa que ao mesmo tempo descerra e elide mundos – o que frustra ou impossibilita, por extensão, a tentativa equivocada de um “desvelamento total” (MIRANDA, 1992, p. 86).

Como recinto exclusivo à seleção haverá de constituir a faculdade própria aos embates do espírito; recuperando as percepções ao reconhecê-las, meneando-as, ligando-as umas às outras pelo conteúdo comum; portanto, afirma Baumgarten (1993, §580, p. 79), “é a força que minha alma possui de se representar o universo”, mas também de recriá-lo ao recorrer-se à imaginação, que lhe vem *sempre* em auxílio. Em Graciliano Ramos, pode-se bem dizer, a memória que encarcera, dobrada então sobre si própria, muda-se em refúgio de um tormento sem fim – e isso por obra e graça de um empenho volitivo incansável, que vive a promover, a cada instante, um “ato ilocucionário”, de que fala Austin (1990, p. 89); sendo assim, em lugar do “ato de dizer algo”, objetivar-se-ia em as *Memórias do cárcere* um “ato ao dizer algo”.

Ora, o *ethos* dessa tensão oscilatória define o devir conflitivo de uma memória que se anula a si mesma pela necessidade de *ser* em razão do outro, girando à roda de algumas linhas de força às quais não se ajusta em hipótese alguma.

Sentimos em Graciliano Ramos a preocupação de não ceder a determinados caprichos cujos resultados arruinariam, por certo, em todo o seu conjunto, a ética irretocável de *uma memória de si para o outro*. Porque não haverá, para o caso, sob uma primeira perspectiva, a exposição sem freios de um estado de ânimo em desequilíbrio, isto é, o ato de enunciação transformado em mero repositório de queixas

íntimas: designaria este, sem mais, a representação da “coragem doida”, fruto de uma subjetividade egotista (impensável em se tratando do Graciliano Ramos de as *Memórias do cárcere*). Sob uma segunda perspectiva, o autor de *São Bernardo* refuta as “máquinas perras” do conformismo, e portanto não menos danosas à edificação mesma de uma memória solidária, ou potência restauradora de um passado feito em pedaços pela barbárie civilizatória, todavia, redimido pelo processo histórico-filosófico, como tão bem sustenta, de pleno direito, o pensamento benjaminiano.

Mas a dialética de que falamos é do tipo que exhibe, por assim dizer, três pontas. De um lado, a perspectiva insensata da tal “coragem doida”, de orientação marcadamente egotista – assim, uma vez refutada, deita-se por terra o apreço desmedido pelo tom confessional; do outro lado, a resignação, a passividade ultrajante, cuja imagem simbólica das “máquinas perras sem azeite”, de todo modo imprestáveis, sabotam o procedimento legítimo de renunciar a escrita de si em prol do outro a partir da teoria do ser cindido ou relativizado. Todavia, uma terceira perspectiva se abre: mais propriamente a do fenômeno exterior ou fator empírico como elemento de reificação.

Assim, ao interesse privado, ou à escrita de si, bem como à apatia moral, que cinge o automatismo carcerário, associa-se a postura meramente descritiva, em inventário de pormenor, do meio prisional. Esse circuito, cujos meandros de violência desestabilizam o empreendimento solidário, deixa ver o primado ontológico fundamental de uma memória que assumi para si a condição de libelo. Pode-se dizer que desse procedimento humanitário, porque antes de tudo estético, desponta o veio literário de as *Memórias do cárcere*; do seu contrário, podemos distinguir, com maior clareza, as conjecturas mais diversas, de cuja tensão espiritual algo dilacerante filtrou-se com a bateia da altivez o senso de justiça como direção a ser tomada.

Se não a refutou por completo, o autor de *Vidas secas* buscou suplantar, em boa medida, a presença incômoda da “primeira pessoa”, desarticulando a prática egotista do falar de si, a modo de herói injustiçado: donde se conclui que desbastou, não sem algum denodo, o princípio subjetivista da “coragem doida”. Por outro lado, a recusa em externar a terrível experiência carcerária vai de encontro à grande variedade de lembranças e pensamentos – material anímico poderoso, sem dúvida, cuja transposição teórica, esteticamente considerada, Graciliano Ramos foi capaz de organizar com impecável mestria; ou melhor, o não querer e o conformismo apático das “máquinas perras” dão lugar à iniciativa respeitável de revelar, tornando literariamente possível, ponto por ponto, as agruras do cativo, mudadas então em névoas, sombras e

espectros, em suma, as engrenagens do *modus operandi* de as *Memórias do cárcere*. Afirma Graciliano (1984, v. 2, p. 64): “Havia em torno um milheiro de homens, com certeza, mas a horrível sensação de isolamento empolgava-me. [...] Cruzei os braços, aniquilei-me”.

Depreende-se daí, pois, o último ponto a ser abordado, a saber: o aquilamento superficial do fato exterior. Pois, na condição de potência monádica, campo aberto a todo tipo de tensão oscilatória, a vida espiritual, se realmente poderosa, *é tudo* – o que significa dizer que passa a se confundir, sem qualquer tipo de restrição (ética, moral, religiosa), com o próprio mundo sensível (algo observável, por exemplo, em *Angústia*). Mas essa real possibilidade de índole ciclópica, que tem sua raiz mais precisamente na fenomenologia romântica, vê o seu concurso prontamente rejeitado, uma vez desautorizada a razão solipsista da “coragem doida”. Tanto é que nos referíamos, um pouco acima, ao diálogo aberto, franco, do narrador-personagem com a realidade exterior, configurando assim, de maneira exemplar, uma relação de equilíbrio entre o *eu* e o mundo.

Porque aquilatar o mundo pelo prisma do *eu* enfermiço, bem como limitar-se a registrar os episódios da vida prisional com fins de transformá-los em peça panfletária, ou ainda de satisfazer a curiosidade mórbida que o inventário jornalístico as mais das vezes suscita, leva à elisão, em definitivo, do *eu* reflexivo e problematizador. “Cruzei os braços, aniquilei-me”. Tal desprendimento, fundamental para que se extraia da vivência no cárcere a substância literária em teoria, encaminha a estética da memória solidária em direção a uma verdade mais profunda – a renúncia de si em prol da humanidade inteira, de vez que

através de cenas e de criaturas, entretanto, aparece tudo o que o homem possui de generoso e baixo [...] E os problemas da vida em comum, quando os prisioneiros se mostram em sua verdadeira dimensão, com a ausência de disfarces a que a vida nos obriga [...]. Ninguém, entre nós, chegou tão perto do que a criatura humana possui de mais íntimo. Ninguém soube mostrar os complexos e variados lados da natureza humana, a sua capacidade quase infinita de grandeza, o segredo de suas paixões, e o motivo de seus impulsos (SODRÉ, 1984, p. 18 e 19).

De fato, refuta-se, com a narrativa carcerária, de modo veemente, o uso em proveito pessoal das discrepâncias egotistas, bem como a inação mesma do automatismo e o registro pueril na adesão impudente e mecânica aos eventos exteriores;

a instância monádica em Graciliano Ramos põe em questão, com honestidade artística irretocável, a representatividade e o valor da escrita de si à custa da qual se confundem o fato e a ficção como uma tentativa clara, contundente, “de enxergar um pouco além da rotina” (RAMOS, 1984, v. 1, p. 335).

Referências bibliográficas

ARENDDT, H. *A vida do espírito: o pensar, o querer, o julgar*. 2ª ed. Trad. de Antônio Abranches, César Augusto R. de Almeida e Helena Martins. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer*. Palavras e ação. Trad. de M. Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BAUMGARTEN, A. G. *Estética*. A lógica da arte e do poema. Trad. de Míriam Sutter Medeiros. Petrópolis: Vozes, 1993.

BERGSON, H. *Matéria e memória*. Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. Trad. de Paulo Neves da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

CANDIDO, A. *Ficção e confissão*. Ensaio sobre Graciliano Ramos. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

FICHTE, J. C. Introdução à teoria do Estado. In: *Os pensadores*. Trad. de Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo: Abril Cultural, 1980, p. 297-313.

LUKÁCS, G. *Teoria do romance*. Trad. de Alfredo Margarido. Lisboa: Editorial Presença, s/d.

MIRANDA, W. M. *Corpos escritos: Graciliano Ramos e Silviano Santiago*. São Paulo: EdUSP; Belo Horizonte: UFMG, 1992.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, Revista do Programa de Pós-Graduação em História e do Departamento de História da PUC-SP, Trad. de Yara Aun Khoury, São Paulo, p. 7-28, (10), dez. 1993.

RAMOS, G. *Memórias do cárcere*. 19ª ed. Rio de Janeiro e São Paulo: Record, 1984. 2 v.

RICOEUR, P. *A memória, a história e o esquecimento*. Trad. de Alain François [et al.]. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SODRÉ, N. W. Memórias do cárcere. In: RAMOS, Graciliano. *Memórias do cárcere*. 19ª ed. Rio de Janeiro e São Paulo: Record, v. 1, 1984, p. 9-30.